

Carla Sequeira - Recensão de *História Social Contemporânea. Portugal, 1808-2000*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 205-207. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2r2

PINTO, António Costa; MONTEIRO, Nuno Gonçalo, coordenação (2020), *História Social Contemporânea. Portugal, 1808-2000*, Editora Objectiva e Fundação Mapfre. ISBN 978-989-665-968-4, 286 pp.

Carla Sequeira
CITCEM /FLUP
cferreira@letras.up.pt

O livro *História Social Contemporânea. Portugal, 1808-2000*, insere-se na coleção “História Contemporânea de Portugal: 1808-2000”, que resulta do projeto iniciado em 2013 e retomado em 2019, sobre a História contemporânea portuguesa, desde a política à cultura. O volume de 2020, nascido da parceria entre a Fundação MAPFRE e a Editora Objectiva, organiza-se em cinco capítulos, abarcando a história social portuguesa entre 1808 e 2000, época de transformações em Portugal e na Europa, conforme referido no Prólogo. O livro inclui ainda um índice onomástico e uma Cronologia diversificada, abrangendo a diplomacia, a política e a economia.

No texto introdutório, intitulado “História social contemporânea. Portugal: 1808-2000”, os coordenadores, António Costa Pinto e Nuno Gonçalo Monteiro, após a contextualização da evolução do uso da designação “História social” e a sua importância para a compreensão do processo histórico, indicam ao leitor que a obra procura explorar a vertente de proximidade entre a história política e social, isto é, compreender o impacto social das mudanças políticas ocorridas no período cronológico em causa. Por opção dos coordenadores da obra, a metodologia seguida foi a de incluir poucas referências documentais, complementando os capítulos com uma bibliografia final bastante completa, que inclui obras de fundo a par das mais recentes e atualizadas. O livro apresenta-se, assim, essencialmente como de síntese e divulgação mais do que destinado a um público estritamente académico, procurando constituir-se em ponto de partida para novos tópicos de pesquisa.

No primeiro capítulo – “A revolução liberal (1807-1820)” –, Nuno Gonçalo Monteiro aborda o período e a forma de transição do Antigo Regime para a nova ordem liberal. Seguindo o método comparativo, insere a história portuguesa no contexto europeu, centrando a sua análise sobre a população, economia e política.

O segundo capítulo – “Tradição e mudança. Ruralidade e reconfiguração social (1834-1890)” –, da autoria de Jorge M. Pedreira, centra-se nos últimos dois terços do século XIX, período de grandes transformações demográficas e sociais na Europa. Socorrendo-se de historiografia nacional e internacional, discute a transformação

Carla Sequeira - Recensão de *História Social Contemporânea. Portugal, 1808-2000*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 205-207. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2r2

institucional e jurídica em combinação com a mudança nas elites dirigentes e demais alterações sociais. Aponta o avanço da ideologia liberal, patente na reconfiguração das elites e numa nova composição social (formação da classe operária, o negociante como protagonista da atividade económica; os “brasileiros”).

No capítulo 3 – “A crise do liberalismo (1890-1930)” –, António José Telo aprofunda as condicionantes da crise do modelo económico fontista e do liberalismo, como, por exemplo, a industrialização e a urbanização, e a consequente mudança de regime político. Reflete sobre a história política e a sua relação com as políticas económicas, em particular no que respeita à transição da Monarquia para a República. Neste contexto, chama a atenção para a estreita relação entre os decisores políticos e partidários e os *lobbies* do sector dos cereais e do sector dos vinhos. Contudo, o autor não é inteiramente preciso ao afirmar que “a produção de vinho estava organizada em fortes instituições de âmbito regional, onde avultava a do vinho do Porto” (p. 146). O autor não contextualiza a sua afirmação em termos cronológicos, num capítulo que aborda um período de 40 anos, durante os quais o sector dos vinhos durienses demonstrou reduzido poder de influência e apenas de forma conjuntural, tendo, em contrapartida, de se confrontar com a preponderância dos vinhateiros do Sul, representados pela Real Associação Central de Agricultura Portuguesa.

O capítulo 4 – “Um retrato da sociedade portuguesa no Salazarismo (1930-1960)” –, escrito por Álvaro Garrido, traça um retrato da sociedade portuguesa nos anos de “auge da ditadura” (p. 175). O autor começa por apontar a renovação dos modos de fazer História, a par de uma “intensa refundação da Sociologia” (p. 176) na década de 1960, “que conduziu a História Económica e Social para um plano que nunca tivera devido à sua fama marxista” (p. 176) e de onde resultaram novas abordagens e teses. Frisando a necessidade de se incorporar a análise social no debate sobre a modernidade, convergência ou atraso económico português, o autor assume o debate historiográfico sobre os fatores do desenvolvimento nacional e dá o seu próprio contributo para esse debate, em particular no que concerne às relações Estado-Igreja. Tendo por base a doutrina social do Estado Novo e procurando relacioná-la com a vida social que procurou instituir, Álvaro Garrido procede a uma análise crítica dos factos históricos, bem como da conjuntura política: a duração e a forma de funcionamento do regime, comparando-o com experiências congéneres no espaço europeu.

Carla Sequeira - Recensão de *História Social Contemporânea. Portugal, 1808-2000*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 205-207. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2r2

No último capítulo – “Democratização e mudança social (1960-2000)” – António Barreto foca-se nas mudanças ocorridas na sociedade portuguesa desde 1960, que considera “dramáticas” e céleres, transformando a sociedade por completo. Passa em revista os fatores de transformação, a começar pela guerra colonial e terminando com uma sociedade urbanizada. Na génese da transformação, o colapso da ditadura e a fundação de um Estado democrático, desenvolvimento de políticas liberais e economia de mercado, a par da integração europeia. No campo político, realça ainda a nacionalização de sectores produtivos e empresas, o que acabaria por conduzir à aniquilação de grupos económicos privados, numa ocupação e nacionalização de cariz coletivista. Neste âmbito, e numa analogia com a União Soviética, o autor compara as “unidades coletivas de produção” com os “kolkhozes” da extinta União Soviética (p. 222). Centrando-se na mudança social, António Barreto conclui por uma alteração radical das estruturas da sociedade e da família, com uma tendência de aproximação aos padrões europeus – envelhecimento e quebra de natalidade, entre outros –, embora com um início mais tardio. Apesar de defender que se assistiu a uma “integração nacional” (p. 229) administrativa, territorial e social, (através da “generalização da televisão”, da “expansão dos serviços de saúde” e do “estabelecimento de redes escolares”) (p. 229), o autor acaba por concluir pelo aumento das desigualdades sociais. Por fim, chama a atenção para um aspeto fundamental que caracteriza a atual sociedade portuguesa: a taxa de alfabetização cresceu, com o desaparecimento do analfabetismo juvenil, mas mantém-se igualmente alta a taxa de analfabetismo funcional.